

CONSIDERANDO que a referida Comissão tem como objetivo, dentre outros, fomentar a divulgação das decisões do Tribunal perante os seus jurisdicionados e a sociedade de uma forma geral;

CONSIDERANDO que, no desempenho de suas atribuições, a Comissão de Jurisprudência contará, nos termos do art. 11 da Resolução Administrativa nº 06/2015, publicada no DOE-TCE/CE em 18/11/2015, com apoio técnico e operacional de servidores designados pela Presidência desta Corte de Contas,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora MARIA TERESA PINHEIRO DA FROTA, Assessora Administrativa TCE-05, matrícula 2003-7, para prestar apoio técnico e operacional à Comissão de Jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 17 de abril de 2023.

José Valdomiro Távora de Castro Júnior
PRESIDENTE

*** **

PORTARIA Nº 296/2023

Cria o Grupo de Trabalho de Celeridade de Instruções – Apoio à Gestão, no âmbito das Unidades Técnicas da Secretaria de Controle Externo.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, notadamente as previstas no art. 78 da Lei Orgânica do Tribunal (Lei nº 12.509/1995);

CONSIDERANDO a importância de assegurar o alinhamento da atuação do controle externo exercido pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará às suas competências estabelecidas na Lei nº 12.509 de 06 de dezembro de 1995, atualizada pela Lei nº 16.819 de 08 de janeiro de 2019;

CONSIDERANDO a estrutura e as funções da Secretaria de Controle Externo (SECEX) e suas unidades, delineadas pela Resolução Administrativa nº 8/2019, publicada no DOE-TCE/CE de 26/08/2019, e suas atualizações;

CONSIDERANDO que, de acordo com o artigo 35 da Lei nº 16.920/2019, publicada no DOE-CE de 28 de junho de 2019, compete exclusivamente ao Presidente deste TCE/CE a atribuição e o arbitramento da Gratificação por Execução de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico (GTR), de que tratam os artigos 132, inciso IV, e 135, da Lei nº 9.826/1974, observados os parâmetros das hipóteses fáticas e dos limites fixados no Anexo X da Lei nº 16.920/2019;

CONSIDERANDO ser relevante estabelecer forma de organização das atividades e funcionamento da SECEX em unidades com maior quantidade de servidores e processos instruídos para revisão da chefia, observando o atendimento aos padrões de qualidade estabelecidos pelo Tribunal;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar a atuação das unidades técnicas desta Corte de Contas, consoante o mister de manter a qualidade, eficiência, continuidade e celeridade no serviço público prestado,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Grupo de Trabalho de Celeridade de Instruções – Apoio à Gestão, no âmbito das unidades técnicas da Secretaria de Controle Externo (SECEX), com o objetivo principal de prestar suporte gerencial para promover maior celeridade nas instruções processuais.

Art. 2º Designar os servidores relacionados no Anexo Único desta Portaria para compor o Grupo de Trabalho de que trata o art. 1º, com as seguintes atribuições:

- a) prestar suporte gerencial com o fito de favorecer o bom desempenho das atividades técnicas da unidade onde estão lotados, em apoio à chefia;
- b) participar do planejamento operacional da unidade, auxiliando a elaboração de documento contendo, no mínimo, as demandas, os números dos processos, os prazos de conclusão, as complexidades e as pontuações a serem atribuídas às instruções que serão produzidas por servidor;
- c) promover a celeridade da atividade de instrução, garantindo o atendimento aos padrões de qualidade estabelecidos e a adequação das pontuações atribuídas aos documentos produzidos; e
- d) atuar na atividade de instrução processual, conforme demandado pelo chefe de setor.

Art. 3º Os participantes do Grupo de Trabalho farão jus ao valor da Gratificação por Execução de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico (GTR) na forma do Anexo X da Lei nº 16.920/2019, publicada no DOE de 28 de junho de 2019, a partir da data da publicação desta Portaria.

Art. 4º Os servidores participantes do Grupo de Trabalho ficam obrigados ao cumprimento do regime de trabalho de 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais, consoante fixado pelo §2º do art. 35 da Lei nº 16.920/2019.

Art. 5º Os gestores das unidades técnicas deverão enviar mensalmente à Secretaria de Planejamento, Monitoramento e Avaliação da SECEX, por meio de CI eletrônica, sempre no segundo dia útil do mês subsequente ao mês avaliado, relatório contendo as atividades de apoio gerencial desempenhadas pelo servidor do Grupo de Trabalho, devendo indicar os processos que foram por ele revisados e a pontuação a que fez jus.

§1º A Secretaria de Planejamento, Monitoramento e Avaliação realizará o registro no sistema de acompanhamento da produtividade da pontuação relativa às atividades desempenhadas, com base nos relatórios apresentados pelos gestores, após a devida análise.

§2º A Secretaria de Planejamento, Monitoramento e Avaliação elaborará a avaliação mensal de desempenho dos participantes do grupo de trabalho, propondo a SECEX as medidas necessárias para substituições quando restar evidente que os resultados esperados não serão atingidos.

Art. 6º Os servidores designados nesta Portaria atuarão sem prejuízo das atividades desenvolvidas em suas respectivas unidades de exercício.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor a partir de 17/04/2023, com vigência até 30/06/2023.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 17 de abril de 2023.

Conselheiro José Valdomiro Távora de Castro Júnior
PRESIDENTE

ANEXO ÚNICO – PORTARIA Nº 296/2023

Nº	Setor	Matrícula	Nome do Servidor
1	Diretoria de Contas de Governo	1652-6	José Edmar Firmino de Farias Filho
2	Diretoria de Contas de Gestão I	1528-5	Tathiane Lima da Silva Noronha
3	Diretoria de Contas de Gestão I	1375-6	Marcos Henrique Almeida Cordeiro
4	Diretoria de Contas de Gestão II	1565-6	José Feliciano Sobrinho
5	Diretoria de Contas de Gestão II	1613-1	Márcia Eloisa de Freitas Ribeiro
6	Diretoria de Contas de Gestão II	1688-2	Mariana Maia Medeiros
7	Diretoria de Contas de Gestão III	1655-7	José Ribeiro dos Santos
8	Diretoria de Contas de Gestão III	1598-1	Manuel de Araripe Lopes Neto
9	Diretoria de Contas de Gestão III	1756-3	Ivete Leitão Dias
10	Diretoria de Contas de Gestão IV	1579-2	Ana Patrícia Pierre Lima
11	Diretoria de Contas de Gestão IV	1710-9	Clóvis Freitas de Almeida Júnior
12	Diretoria de Contas de Gestão IV	1654-0	Dayse Freitas de Almeida
13	Diretoria de Atos de Registro I	0969-2	Vanilda Lima Monteiro Machado
14	Diretoria de Atos de Registro II	1424-8	Marília Cordeiro Florêncio Santiago
15	Diretoria de Atos de Registro III	1552-7	Mariana Torres Lima Vieira Pinheiro
16	Assessoria de Instrução de Cautelares	1588-3	Alice Ramos Viana
17	Assessoria de Instrução de Cautelares	1600-2	Marx Weber Ferreira Barbosa
18	Diretoria de Fiscalização de Atos de Gestão I	1616-2	Fernanda Aragão Barbosa
19	Diretoria de Fiscalização de Atos de Gestão I	1605-7	Raimundo Weliton de Lacerda Lima
20	Diretoria de Fiscalização de Atos de Gestão II	1538-3	Gilberto Bruno Andrade de Oliveira
21	Diretoria de Fiscalização de Atos de Gestão II	1388-5	Raquel Carneiro Coelho
22	Dir. de F. de Obras, S. de Eng. e Meio Ambiente	1692-8	Gustavo Pinheiro Moreira

*** **

TRIBUNAL PLENO

ACÓRDÃO

ACÓRDÃO Nº 127/2022

PROCESSO Nº: 49753/2020-0

NATUREZA: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

ENTIDADE: SECRETARIA DAS CIDADES DO ESTADO DO CEARÁ

INTERESSADO: RILDSON RABELO VASCONCELOS

RELATORA: CONSELHEIRA SORAIA THOMAZ DIAS VICTOR

SESSÃO DO PLENO VIRTUAL DO PERÍODO DE 31/01/2022 A 04/02/2022